

Omuzd Alves/Folha Imagem



VIAJANTE Durante seu pontificado, João Paulo II visitou 125 países, inclusive o Brasil por três vezes

UM DIA DE HOMENAGEM AO PASTOR DA PAZ

Cinco pedidos de homenagem ao papa João Paulo II, falecido no último sábado, foram aprovados ontem pelo Senado. Vários parlamentares destacaram a liderança de João Paulo II, que, segundo eles, transcendia o plano

religioso. Hélio Costa destacou a peregrinação do Papa por mais de cem países, pregando o entendimento entre os povos. Paulo Paim ressaltou a luta em favor dos direitos do homem. Osmar Dias falou sobre a importância do pontificado

de João Paulo II – opinião compartilhada por Papaléo Paes, Ney Suassuna e Tião Viana. Pedro Simon disse que até os adversários se uniram no abraço universal ao Papa. Marco Maciel afirmou que o mundo está triste, mas não de luto.

Páginas 6 a 8

Líderes tentam acordo hoje para MP do Biodiesel

Relator do projeto que muda a Medida Provisória do Biodiesel, Edison Lobão convocou encontro dos líderes partidários para hoje em busca de entendimento sobre a votação da matéria, que tranca a pauta do Plenário. A reunião de ontem terminou em impasse.

Página 3



Márcia Kallume

NEGOCIAÇÃO Explicações de representantes do governo não foram suficientes para garantir votação da MP que estimula produção do biodiesel

Idade para aposentadoria compulsória pode mudar

Servidor público que completa 70 anos é obrigado a se aposentar. Pedro Simon quer mudar essa regra. Segundo ele, é "irracional" impor a saída do serviço público a pessoas no auge do conhecimento. Sua proposta é fixar em 75 anos o limite de idade.

Página 5

Alterações nas normas para o Orçamento voltam à pauta

Comissão mista que analisa reestruturação do processo de exame do Orçamento reúne-se hoje, a partir das 11h, para discutir as novas normas. Os trabalhos da comissão, presidida por Fernando Bezerra, devem ser concluídos até o dia 28.

Página 3

J. Freitas



AUDIÊNCIA Entre Ana Júlia e Alvaro Dias, o relator João Alfredo interroga o acusado Vitalmiro Bastos de Moura

CPI ouve acusado da morte de freira

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, acusado de mandar matar a freira

Dorothy Stang, prestou depoimento à CPI da Terra do Congresso, em Belém, na

sexta-feira. Ele disse que três pessoas podem estar envolvidas no crime.

Página 4



REFORÇO Lei de Responsabilidade Fiscal é importante instrumento no combate à corrupção, diz Augusto

Augusto destaca avanços no controle de gastos públicos

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) destacou a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como instrumento de combate à corrupção e à impunidade, por meio do controle dos gastos públicos.

– O advento da LRF representou um importantíssimo instrumento de combate a tais mazelas. Sua consagração como prática administrativa visa garantir que o interesse público jamais seja confundido com o privado – afirmou.

Para o parlamentar, a LRF também é indispensável para erradicar a cultura inflacionária brasileira, que, lembrou, foi tolerada numa época e hoje é “insuportável”, pois representa entrave ao desenvolvimento.

Augusto elogiou ainda a Lei 10.028/00, que definiu sanções para crimes de responsabilidade, punindo os maus administradores públicos, além do enquadramento em outros tipos penais, conforme as características dos crimes.

– Os administradores passaram a ter punição, o que consolidou a probidade e a responsabilidade daqueles que ocupam cargos públicos – disse.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Agenda

Pauta trancada no Plenário

Os senadores participam de sessão deliberativa às 14h. Em pauta, dois projetos de conversão, originados de medidas provisórias, que obstruem as votações. O primeiro (PLV 2/05) fixa as alíquotas dos tributos a se-

rem pagos pela produção e importação de biodiesel, enquanto o segundo trata da legislação sobre o sigilo de documentos relativos à segurança da sociedade e do Estado (PLV 3/05).

Presidente recebe líderes e embaixadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa de reunião de líderes às 11h. Às 12h, conversa com a embaixadora da Bélgica, Gudelieve Van Den Bergh; às 12h30, com o embaixador de Portugal, Francisco Seixas da Costa. Às 15h30, Renan comparece à cerimônia de posse do senador Alberto Silva (PMDB-PI) no Conselho da República e, às 18h, conversa com o presidente do Tribunal de Contas de Alagoas, Edval Gaia.



José Eduardo Dutra participa de reunião na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 10h, para votar a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005, encaminhada à Casa pelo Banco Central. Na segunda parte do encontro, os senadores ouvem



o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra (foto). Ele comenta o relatório econômico da empresa e as parcerias firmadas, além de falar sobre as perspectivas do setor e a respeito da gestão da Petros, fundo de pensão da estatal.

Concessão de créditos a universitários

Em discussão na Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, projeto que determina a concessão automática, por instituição de ensino superior, das disciplinas equivalentes cursadas em outros estabe-

lecimentos, em cursos reconhecidos. A comissão vota ainda projetos de decretos legislativos que tratam da outorga e renovação da permissão para exploração de serviços de radiodifusão.



Reforma do Orçamento

Comissão Mista de Reforma do Orçamento começa a examinar as propostas de alterações no processo orçamentário apresentadas pelos parlamentares, em reunião marcada para as 11h. Eles devem apresentar um pré-projeto com as principais mudanças sugeridas. Às 15h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa atas, avisos, requerimentos e recurso.

Reunião da CCJ

Amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute limites máximos de idade para nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público. Além disso, vota indicação do general-de-exército Sérgio Alves Conforto para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

PEC Paralela em discussão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quinta-feira para discutir a inclusão de delegados, promotores e auditores entre as categorias que têm direito ao subteto salarial de 90, 25% do salário de ministro do Supremo, principal alteração feita pela Câmara à proposta que altera pontos da reforma da Previdência, a PEC Paralela.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



LEGALIDADE De acordo com Marco Maciel, decreto do Executivo não tem amparo na Constituição

Marco Maciel quer sustar intervenção nos hospitais do Rio

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou projeto de decreto legislativo propondo que seja sustada a aplicação dos incisos V e VI do artigo 2º do Decreto 5.392/05, que declara estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro. Para Maciel, o decreto presidencial não está amparado na legislação.

O parlamentar, que pertence ao mesmo partido do prefeito do Rio, César Maia, argumenta que o inciso XIII do artigo 15 da Lei 8.080/90, no qual o governo se baseou para editar o ato de intervenção, não diz respeito a pessoas jurídicas de direito público, como são os dois hospitais municipais atingidos.

O referido inciso diz que “para atendimento de necessidades urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, calamidade pública ou irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada indenização”.

Argumento

Na justificativa de seu projeto, Maciel argumenta que, como não se trata de requisição, pois os bens ocupados pelo governo federal pertencem ao município do Rio de Janeiro, e não foi decretado Estado de Defesa, “a medida configura indevida intervenção federal”.

– De fato, produziu-se engenhosa fórmula de evitar o rito exigido pela Constituição e propiciar a intervenção da União diretamente na gestão dos serviços públicos municipais – afirmou o senador.

Maciel lembra que, de acordo com a Constituição, cumpre ao Congresso Nacional sustar os atos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Congresso pode ter maior controle sobre gestão do SUS

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se hoje, às 11h30, para examinar o projeto que inclui as duas Casas do Congresso Nacional entre os organismos a quem o gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) tem a obrigação de prestar contas.

De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), o projeto (PLS 71/03) altera a Lei 8.689/93, a qual estabelece que o gestor do SUS, em cada esfera de governo, deverá prestar contas aos respectivos conselhos de Saúde e às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, isentando-o de apresentar seu relatório de atividades ao Poder Legislativo federal.

Na justificativa do projeto, Tião Viana disse que não vê razão para eximir o ministro da Saúde, que é o gestor federal do sistema, dessa obrigação junto ao Congresso, considerando-se que ele é o gestor mais importante do SUS, ao coordenar suas atividades em âmbito nacional.

“O Congresso Nacional é quem aprova o Orçamento da União para a saúde e deve, portanto, ser adequadamente informado sobre o andamento da aplicação dos recursos”, argumenta o senador em sua justificativa.

Tião Viana observa, ainda, que a tímida participação do Parlamento no acompanhamento das atividades do SUS foi apontada pela 11ª Conferência Nacional da Saúde como uma das causas de diversos problemas detectados no setor.

O objetivo do seu projeto, explica o parlamentar, é corrigir essa distorção e aprimorar a ação controladora do Legislativo na área da saúde, ao estabelecer um canal de diálogo permanente com o gestor do SUS na esfera federal.

Relator do projeto, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) é favorável à sua aprovação, até por entender que não há fundamento para esse tratamento diferenciado conferido ao gestor federal do SUS. Em sua opinião, isso compromete o exercício da ação fiscalizadora do Congresso.

Depois de votado na CMA, o projeto será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.



DEBATE Delcídio Amaral, Jonas Pinheiro, Edison Lobão, Osmar Dias e Hélio Costa analisam medida provisória

Líderes tentam acordo para votar MP do Biodiesel

Projeto determina reserva de 50% da produção nacional para regiões menos desenvolvidas

Os líderes partidários reuniram-se ontem para debater a MP do Biodiesel, mas não chegaram a acordo sobre a votação da matéria, que tranca a pauta do Plenário. O senador Edison Lobão (PFL-MA), relator-revisor do projeto de lei de conversão (PLV 2/05) proveniente de medida provisória (MP 227/04), convocou novo encontro para hoje, às 11h.

Participaram da reunião de ontem representantes dos ministérios da Fazenda; Minas e Energia; Desenvolvimento Agrário; e Casa Civil, bem como diversos parlamentares interessados no tema. Durante o encontro, foram debatidas as emendas apresentadas pelo deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

Também discutiu-se a determinação de uma reserva de 50% da produção de biodiesel nacional para as regiões de menor índice de desenvolvimento humano (IDH) e os coeficientes de redução diferenciados para as cooperativas agropecuárias.

Explicação

Uma das emendas examinadas reduz a alíquota tributária do biodiesel a 75% da alíquota correspondente à do diesel derivado do petróleo. O líder do PDT, senador Osmar Dias (PR), considerou contraditório o fato de o governo ter estabelecido, por meio de decreto, a alíquota do biodiesel maior que a do diesel mineral. Representantes do Ministério da Fazenda esclareceram que essas alíquotas serão equiparadas com o PLV, e que a tendência é de o diesel derivado do petróleo ser o financiador do biodiesel.

Outra emenda que foi tratada propõe suspender a incidência do Cofins e PIS/Pasep

na venda de cana-de-açúcar para a produção de álcool etílico. O deputado Thame justificou a emenda alegando a impossibilidade de distinção da cana destinada à produção de açúcar, que já é isenta, da destinada à produção de álcool.

Osmar Dias insistiu na alegação de que o governo não está cumprindo o acordo que havia sido acertado em relação à participação das cooperativas na produção do biodiesel. Ele afirmou que, por essa razão, recomendará a não-aprovação do projeto. Edison Lobão garantiu, ao final do encontro, que tentará chegar a um acordo na reunião de hoje, que permita a votação da matéria.

A reunião, presidida por Lobão, contou ainda com a participação dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Patrícia Saboya (PPS-CE), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Conselho de Comunicação forma comissões

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, reunido ontem sob a presidência de Arnaldo Niskier, criou cinco comissões técnicas que discutirão a Regionalização da Programação, Tecnologia Digital, Radiodifusão Comunitária, TV a Cabo e Concentração da Mídia.

Os principais temas da pauta deverão ser abordados na próxima reunião do conselho, em 3 de maio. Gilberto Carlos Leifert, representante das empresas de televisão, deve apresentar parecer sobre o tema “O álcool



SUBSÍDIO Arnaldo Niskier (E) e o vice-presidente Luiz Flávio Borges D'Urso conduzem reunião do Conselho de Comunicação Social

nos meios de comunicação” e Roberto Wagner Monteiro, representante da sociedade civil, fará relatório sobre o acordo

entre a Globopar e a Telmex para controlar a Net Serviços de Comunicação, empresa que opera canais de TV a cabo.

Comissão examina mudanças no Orçamento

A comissão mista temporária criada para analisar a reestruturação do processo orçamentário volta a se reunir hoje, a partir das 11h, para analisar proposta que altera a Resolução 1 do Congresso Nacional, que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Na semana passada, senadores e deputados definiram o cronograma de trabalho destinado a implantar novas regras no processo orçamentário, de modo a torná-lo menos burocrático, incluindo questões relacionadas à elaboração, apreciação, execução e fiscalização das leis do chamado ciclo orçamentário amplo, ou seja, leis orçamentárias, diretrizes orçamentárias e plano plurianual.

Com o intuito de acelerar os trabalhos, que deverão ser concluídos até 28 de abril, o presidente da comissão mista, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), propôs que os membros do colegiado centralizem as suas atenções em um documento de dez itens, uma espécie de roteiro que reúne os principais pontos da reforma, entre eles a redução do número de emendas de bancada para cinco (atualmente varia entre 18 e 23). O texto foi elaborado pelas consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara e pelo ex-presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

Consta ainda da lista dos dez itens proposta que determina a criação do chamado orçamento impositivo, que obriga o Poder Executivo a executar o Orçamento aprovado pelo Congresso. Atualmente, ele é apenas autorizativo, ou seja, o governo não é obrigado a seguir à risca as decisões tomadas pelo Legislativo.

Em reunião marcada para as 15h de hoje, a Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Efraim Moraes (PFL-PB), deve examinar relatório sobre dois avisos do Congresso, encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), referentes a obras com irregularidades: o primeiro sobre execução de construção de travessia urbana em São Gabriel (RS), na BR-290, e o segundo a respeito de construções no corredor rodoviário Araguaia-Tocantins.

CPI da Terra identifica nomes de novos suspeitos da morte de freira

■ Em audiência, fazendeiro acusado alega inocência e compromete delegado de polícia

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de mandante do assassinato da freira Dorothy Stang, prestou depoimento na última sexta-feira à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana, a CPI da Terra. Na audiência, realizada em Belém, Vitalmiro alegou inocência e envolveu outras três pessoas no crime: um madeireiro, um delegado de polícia e um capataz.

Para o relator da comissão, deputado federal João Alfredo (PT-CE), isso é um indício de que houve consórcio entre proprietários de terras para financiar a morte da missionária – suspeita reforçada pelas ligações do acusado com outros fazendeiros da região.

Após o depoimento, João



CONSÓRCIO A comissão mista levantou novos indícios de associação entre fazendeiros, para financiar a morte de freira

Alfredo divulgou um bilhete que Bida diz ter ditado a seu irmão, dirigido a Amair Feijoli da Cunha, o Tato, acusado de intermediar o crime. Na mensagem, ele pede a Tato que “fale a verdade” e reconheça perante a Justiça que o “patrocinador” era o madeireiro Luiz Ungaratti. Também lhe pede que “não se

esqueça de falar que o delegado estava pegando dinheiro e sabia de tudo”. Tato teria contratado os dois pistoleiros que mataram Dorothy Stang. Já o policial mencionado seria o delegado da polícia civil de Anapu, onde vivia a freira.

O bilhete cita ainda o capataz Dominginhos, ex-funcionário

de Bida e Ungaratti, além de outros fazendeiros sob investigação, entre eles Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão. Além de suspeito de prática de grilagem, Regivaldo já respondeu a processo por desvio de verbas da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).



DÉBITO Aelton Freitas quer manifestação de ministro sobre endividamento do setor rural

CRA examina requerimento para audiência com Palocci

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) examina quarta-feira, entre outros requerimentos, proposta do senador Osmar Dias (PDT-PR) para audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o endividamento do setor agrícola e a oferta de recursos para investimento e comercialização da safra agrícola de 2005.

O colegiado também vai apreciar requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG), propondo o estabelecimento da Subcomissão Permanente de Financiamento e Endividamento Rurais, destinada a avaliar a política nacional relacionada aos temas.

Em sua justificativa, Aelton Freitas argumenta que a agropecuária envolve risco econômico elevado, em função das intempéries da natureza, bem como do grande volume de recursos indispensáveis para financiar as atividades. “Somando-se a esse cenário, não é raro se verificar lentidão na liberação dos recursos do crédito rural, quando não há insuficiência no volume disponível para os empréstimos”, argumenta o senador.

A CRA aprecia ainda proposta para a criação de mais duas subcomissões: uma para tratar de agricultura e segurança alimentar; e a segunda, para analisar a política nacional sucroalcooleira.

Na pauta, há também requerimentos de audiência pública com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para apresentação do Plano da Amazônia Sustentável; com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues; com o secretário da Receita Federal, Antônio Deher Rachid; e com representantes do setor vinícola, para debater política voltada a este segmento.

Comissão visitou quatro municípios

A CPI da Terra esteve em quatro municípios paraenses na semana passada, para ouvir depoimentos, comentários e sugestões: Parauapebas, Santarém, Altamira e Belém. Integram a comitiva que se deslocou ao estado os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Sibá Machado (PT-AC). Entre os deputados federais, estiveram João Alfredo (PT-CE), Adão Preto (PT-RS), Luci Choinacki (PT-SC) e Zé Geraldo (PT-PA).

Na mesma semana, outra CPI, a Comissão Externa do Senado criada com o fim específico de investigar o assassinato de Dorothy Stang, apresentou as conclusões de seus trabalhos. Segundo seu relator, o senador Demostenes Torres (PFL-GO), os órgãos de segurança da região “são mais eficientes na defesa da propriedade do que na garantia dos direitos de agricultores e trabalhadores rurais”.

Alvaro Dias teme ação de queima de arquivo

O presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), declarou que os pistoleiros que assassinaram Dorothy Stang, presos no Pará, correm risco de vida. Ele afirmou que haveria um plano para assassiná-los em ação de queima de arquivo, de acordo com informações da própria Polícia Federal.

– Sugerimos a transferência de ambos para outro local, que poderia até ser Brasília, e a Polícia Federal já está adotando medidas preventivas. Se o plano for confirmado, será a prova de que há pessoas que estão se escondendo. E aí fica a dúvida em relação a Bida: ele realmente é mandante do crime ou é um bode expiatório que está acobertando outros envolvidos? – ponderou.

Alvaro Dias anunciou que os próximos convocados a depor para a comissão serão Cecílio Rego Almeida – “o maior latifundiário do mundo”, segundo o senador – e as três pessoas citadas por Bida: Luiz Ungaratti, Dominginhos e o delegado da polícia civil de Anapu. Também está prevista acareação entre Regivaldo, ouvido pela CPI na sexta-feira, mas em Altamira,

e Bida. Este afirmou que ambos foram sócios, informação negada por Taradão.

Contexto

O presidente da CPI lembrou que “a investigação faz parte do papel mais abrangente da comissão, que é o de oferecer um diagnóstico sobre a realidade dos conflitos de terras no país”. Para o senador, é justamente a desorganização fundiária que causa esse tipo de crime, principalmente no interior do Pará – estado com maior índice de mortes violentas no campo. Ele ressaltou que, para combater a impunidade, “a autoridade precisa ser restabelecida na região, com uma gestão pública competente”.

Um dos principais problemas do estado é o quadro de desorganização fundiária. Segundo o deputado federal Zé Geraldo (PT-PA), “há irregularidades em cerca de 80% do Pará, inclusive em áreas urbanas”. O superintendente estadual do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Inocên-

cio Gastarim, citou exemplos de áreas para as quais existem até dez documentos, indicando proprietários distintos.

Durante audiência em Santarém, o representante do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e membro da Comissão Pastoral da Terra, Tarcísio Feitosa da Silva, revelou que o Pará tem área de 124 milhões de hectares, mas apenas 40 milhões estão cadastrados no Incra.

Feitosa também destacou que, das terras cadastradas, 82% são grandes propriedades, com mais de 2 mil hectares. Para ele, essa concentração leva à violência.

Outro problema abordado foi o aliciamento das polícias civil e militar por fazendeiros. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Maria Ivete Bastos dos Santos, afirmou que a atuação da polícia civil tem sido prejudicial para os pequenos agricultores. Por conta das denúncias sobre ações de grilagem, ela declarou que sua vida está em risco.

Por cautela, senador sugeriu transferência de acusados para local mais seguro



QUALIDADE Valmir Amaral diz que metas devem possibilitar aumento de empregos e salários

Valmir Amaral cobra projeto econômico e reforma agrária

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) cobrou do governo federal a adoção de um projeto de desenvolvimento econômico e de uma política de reforma agrária para o país. As metas traçadas pelas autoridades, frisou o senador, devem possibilitar a geração de empregos, o aumento de salários, a elevação na arrecadação tributária e o fim da impunidade no campo, como forma de ampliar a qualidade de vida da população.

– Não é possível consentir que o Brasil viva aos trancos e barrancos, com uns poucos soluços de crescimento econômico conjugados com largos períodos de estagnação. Já é hora de pensarmos o Brasil estrategicamente, para valer, investindo em inteligência, tempo e recursos com racionalidade. Precisamos deixar de ser o país do futuro – disse.

Ele lembrou, citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que o índice de crescimento da economia foi de 5,2% em 2004. Para o senador, embora a área econômica venha sendo conduzida de forma “positiva, com convicção e firmeza pelo ministro Antonio Palocci”, o país tem condições potenciais de superar esse percentual.

O senador acredita que a impunidade no campo e a grilagem de terras também afetam o desempenho da economia.

– As empresas que querem investir com certificação ambiental encontram dificuldades em identificar terras para comprar, tamanha é a confusão documental. A ausência de um compromisso sério de governo, aliada à corrupção em cartórios, à inoperância da Justiça e aos desmandos da pistolagem, formam o caldo de cultura que permite florescer a grilagem de terras – destacou.

Elevação da idade para aposentadoria vai a exame

■ Emenda a ser examinada amanhã na CCJ também prevê limite de 75 anos para membros de tribunais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã a proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) que eleva a idade limite para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos em geral.

Tendo como primeiro signatário o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta amplia de 70 para 75 anos a idade limite para que o servidor público seja obrigado a se aposentar. Para o senador, é “irracional” que grandes profissionais, no auge do conhecimento, tenham que deixar o funcionalismo público, como aconteceu – cita o senador – com o ex-ministro, cardiologista e cirurgião Adib Jatene.

“Professores universitários, cientistas, médicos e outros com 70 anos oferecem o que há de melhor em conhecimento nas suas áreas; é uma experiência que não pode ser desperdiçada”, afirma Simon. A PEC também prevê aumento de cinco anos na idade limite aos membros dos tribunais.

O senador lembra ainda que a

expectativa de vida do brasileiro tem aumentado significativamente e alterado, dessa forma, o perfil populacional. “A Constituição ainda não assimilou totalmente essas mudanças, pois proíbe que alguém com mais de 70 anos possa ser servidor

corpo docente por mais cinco anos, principalmente pelas atuais dificuldades de se fazer concurso”, expõe. Ele lembra que, em 1990, com a entrada em vigor da Lei 8.112, que regula o regime jurídico dos servidores públicos

Aposentados civis da União

Ano	Total	Aposentadorias compulsórias
2000	5.951	436 (7,3%)
2001	6.222	374 (6,0%)
2002	7.465	384 (5,1%)
2003	17.453	475 (2,7%)
2004	6.486	394 (6,1%)

Fonte: Ministério do Planejamento



ou mesmo ser nomeado para cargos de magistrado e outros de semelhante relevância”, diz.

O relator da PEC, senador José Jorge (PFL-PE), vota pela aprovação da matéria, mas apresentou emenda que possibilita a aposentadoria aos 75 anos desde que realizado exame médico, na forma da lei, que ateste as condições de saúde do servidor para permanecer em atividade.

Para o professor emérito do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, David Fleischer, a PEC será extremamente benéfica para o meio acadêmico. “Para as universidades é importante resguardar seu

civis da União, 123 professores tiveram de deixar a instituição.

Contudo, enfatiza o professor, em algumas outras áreas é importante que haja maior rotatividade, e por isso seria até mais interessante a redução da idade limite. Na Inglaterra, observa ele, os servidores não podem passar dos 60 anos nos órgãos públicos.

Em 2004 houve aumento do percentual de aposentadorias compulsórias no país, as quais atingiram 6,1% do total de aposentados contra 2,7% no ano anterior, quando muitos servidores se aposentaram para não serem atingidos por mudanças da PEC da Previdência.

Concessão de nacionalidade em debate

Proposta de emenda à Constituição que modifica a hipótese de concessão de nacionalidade para os filhos de pai ou de mãe brasileira que tenham nascido no estrangeiro também está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pelo texto (PEC 46/04), o reconhecimento da nacionalidade só será aprovado se os filhos forem menores de idade, se o registro for feito em repartição brasileira competente e, no caso de serem maiores de idade, caso residam no Brasil e tenham optado, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. O relator Marcelo Crivella (PL-RJ) é favorável à proposição, de autoria de Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

A instituição do Diploma Lanceiro Negro, a ser conferido anualmente a cidadãos que contribuam de forma



CRITÉRIOS Tourinho é autor da proposta que fixa novas regras para concessão de nacionalidade

relevante no combate a todo tipo de preconceito ou discriminação, baseados na raça, cor, idade, sexo, etnia, religião ou deficiência, também está na pauta da comissão. A proposta (PRS 21/04), do senador Paulo Paim (PT-RS), tem relatório favorável do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Alterações no Código de Processo Civil (PLC 52/04), na

Lei de Responsabilidade Fiscal (PLS Complementar 281/04) e na Lei 9.492/97, que regula os serviços relacionados ao protesto de títulos e documentos de dívida (PLC 7/02), também poderão ser votados pela CCJ.

Na segunda parte da reunião de amanhã, a comissão vai examinar mensagem (MSF 109/05) da Presidência da República indicando o general-de-exército Sérgio Ernesto Alves Conforto para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. Ele é indicado para a vaga decorrente da aposentadoria do general Expedito Hermes Rego Miranda.

A CCJ deverá votar também cinco ofícios do Supremo Tribunal Federal declarando a inconstitucionalidade de textos integrais de leis ou de dispositivos legais.

Mozarildo pede recursos do BNDES

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que é preciso melhorar a distribuição de recursos públicos, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de diminuir as desigualdades regionais no país. O senador fez um apelo à direção do banco; ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e aos senadores para que promovam o desenvolvimento das regiões mais pobres.

Mozarildo informou que, em 2004, segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, 38,5% dos recursos do BNDES foram aplicados em São Paulo. O valor é superior em quase cinco pontos percentuais à participação daquele estado no produto interno bruto (PIB) do Brasil. Já o PIB das regiões Norte e Nordeste representa 18,6% da riqueza nacional, mas, em 2004, as regiões ficaram com apenas 11,6% dos recursos do banco. Segundo o senador, a missão do BNDES é fomentar o desenvolvimento.

– A simples equiparação de ambas as cifras já seria injusta. Seria o mesmo que defender a manutenção da desigualdade que separa o país em duas realidades. Seria aquiescer com a perpetuação da pobreza do Brasil nortista – afirmou.

Antero propõe uso de arma por juízes



MUDANÇA Antero pede que exceção seja feita apenas para magistrado que estiver correndo risco

O projeto que altera a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A mudança é para incluir, entre as prerrogativas do magistrado, o direito a portar arma de defesa pessoal quando sua integridade física estiver ameaçada.

Apesar de reconhecer não ser correto garantir exceções, o parlamentar propõe que os juízes tenham acesso a arma de fogo apenas em situações em que sua integridade física esteja em risco.

O senador lembrou o assassinato de um vigia por um juiz no Ceará e disse que não se pode esquecer que, “quanto menos armas existirem na rua, menor é o número de crimes”.



Em pesar pela morte de João Paulo II, Plenário suspendeu, ontem, os trabalhos, após aprovação de requerimentos solicitando sessões solenes do Senado e do Congresso em homenagem a Sua Santidade

Senadores exaltam a ação do apóstolo da paz

O Plenário aprovou ontem cinco pedidos de homenagem a Karol Wojtyła, o papa João Paulo II, falecido no Vaticano no último sábado, aos 84 anos. Requerimento de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) solicitou voto de pesar e a suspensão da sessão não deliberativa. O parlamentar ressaltou a ação pastoral desenvolvida por Wojtyła, “personagem central das transformações que o mun-

do sofreu nas últimas décadas”. Maciel também requereu a realização de sessão solene do Congresso Nacional em memória de Sua Santidade. A proposta foi aprovada, e agora a Câmara dos Deputados será consultada a respeito.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também pediu que seja inserido em Ata voto de profundo pesar pela morte do Papa, “um dos mais desta-

cados defensores da paz em todos os tempos”. Simon e o senador Paulo Paim (PT-RS) propuseram ainda a realização de sessão especial do Senado para reverenciar João Paulo II. Após a aprovação dos requerimentos, o vice-presidente do Senado, senador Tião Viana (PT-AC), que presidia os trabalhos, pediu um minuto de silêncio aos colegas e encerrou a sessão não deliberativa.



VISITA Durante a terceira e última viagem ao Brasil, em 1997, João Paulo II celebra missa em altar montado no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro

Pedro Simon destaca luta em favor da justiça social

Os sentimentos de pesar expressos em todo o mundo pelo falecimento do papa João Paulo II vão muito além da Igreja Católica e das igrejas cristãs, afirmou, da tribuna, o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

– Os cultos, os mais diferentes, e os adversários, os mais radicais, reuniram-se em uma espécie de abraço universal em relação ao Papa – disse ele. Simon lembrou que tanto judeus quanto palestinos, por exemplo, viram em João Paulo II uma liderança que apostou e lutou pelos direitos das nações e pela paz no mundo.

Segundo Pedro Simon, mesmo dentro da Igreja Católica, João Paulo II enfrentou divergências e, em várias oportunidades, teve de decidir sobre questões difíceis, de interesse de todos os povos e religiões. E nesses momentos, ainda de acordo com o senador, ele representava toda a Humanidade, ultrapassando os horizontes da sua própria igreja.

Em discurso marcado pela

emoção, Simon questionou a classificação de conservador, atribuída ao Papa pela imprensa. Para ele, João Paulo II era conservador apenas no sentido de que seguia fielmente os princípios tradicionais da Igreja. No entanto, observou, se a palavra for empregada no sentido costumeiro, de alguém acomodado, despreocupado com o conjunto do universo, o Papa jamais foi conservador.

– João Paulo II foi humanitário, um homem voltado para todos e, de um modo especial, para os que mais necessitavam, foi a voz daqueles que não tinham voz. A sua grande bandeira foi a defesa dos mais humildes – afirmou.

Justiça social

Simon enfatizou ainda que João Paulo II deixou sua marca a favor da justiça social, em várias ocasiões, como quando defendeu, em visita à Organização das Nações Unidas (ONU), a criação de um fundo para enfrentar o problema da fome, que poderia ser constituído,



EMPENHO Pedro Simon afirma que grande bandeira de João Paulo II foi a defesa dos humildes

como sugeriu, com parte dos recursos que as nações ricas utilizam para a guerra. A intervenção do Papa, conforme o parlamentar, foi lembrada pelo próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao fazer apelo idêntico em discurso, no ano passado, na abertura de assembléia-geral da ONU.

O senador, que esteve no Vaticano quando era governador do Rio Grande do Sul, contou que João Paulo II demonstrou muita alegria por ter visitado o Brasil. “Ele disse que antevia um grande futuro para o país, principalmente se fosse perseguido o caminho da bondade e da justiça.”

Osmar lembra o pedido de perdão pela Inquisição

Ao destacar a importância do trabalho de João Paulo II para o mundo, o senador Osmar Dias (PDT-PR) sustentou que o Papa teve um papel fundamental na construção da paz, atuando, por exemplo, pelo fim da Guerra Fria.

– Ele foi um dos personagens que atuou de forma mais forte para que a Guerra Fria encontrasse seu fim, o que demonstrou a sua visão de mundo. Alguns líderes comunistas da época chegaram a afirmar que ele contribuiu para o fim do socialismo, mas ele estava muito acima disso. Ele queria restabelecer a paz entre os povos – disse.

Osmar Dias foi um dos senadores que defendeu a suspensão da sessão ordinária de ontem para que todos pudessem refletir sobre as mensagens e as lições que João Paulo deixou para a humanidade. “O Papa foi generoso e corajoso ao mesmo



ADMIRAÇÃO Osmar ressalta que Wojtyła tornou-se popular mesmo entre os não-católicos

tempo”, ressaltou. O parlamentar assinalou o enorme carisma de João Paulo II e a sua facilidade de integração com a juventude, o que permitia que fosse popular mesmo entre os não-católicos.

Osmar Dias enfatizou que João Paulo II teve a humildade de pedir perdão pelos crimes cometidos pela Igreja Católica durante a Inquisição. O senador afirmou que teve a oportunidade de conhecer o Papa, há alguns anos, durante evento em Roma destinado a discutir a fome no mundo. “Diante de respeitáveis líderes mundiais, João Paulo II foi aplaudido de pé e capitalizou a atenção de todos os presentes”, rememorou.



Tião Viana afirma que Papa uniu fé e responsabilidade ética

Na presidência da sessão, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC) – foto –, associou-se aos requerimentos de homenagens a João Paulo

II. O senador observou que o Papa teve uma infância difícil, na Polônia, sua terra natal, pois perdera a mãe aos 9 anos de idade e o irmão aos 12. Quando ele

tinha 21, faleceu o pai.

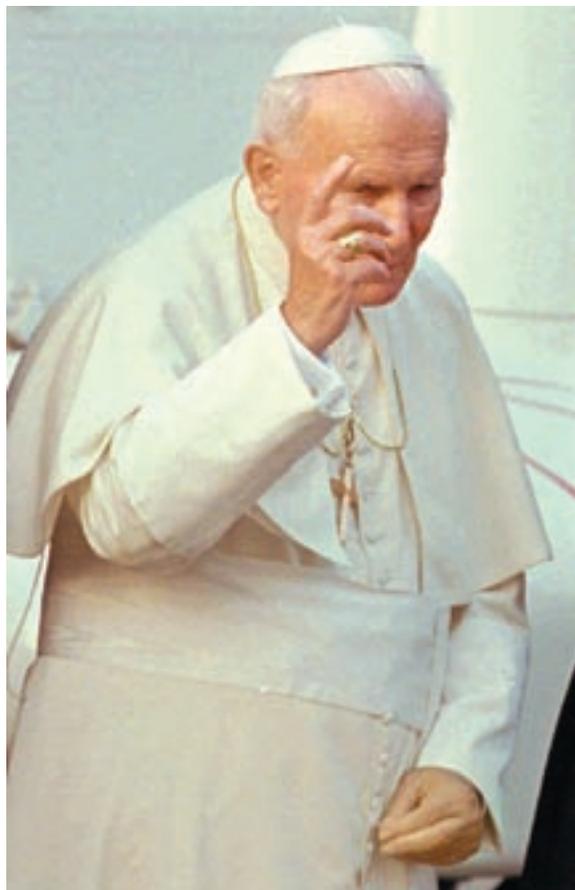
– Sua marca era a busca da fé. O Papa estabeleceu um paradigma na história das religiões, quando convergiu fé e responsabilidade ética

para toda a Humanidade como preceito fundamental do catolicismo. Acolher esses requerimentos é justa homenagem – disse Tião Viana.



Nos 27 anos em que esteve à frente da Santa Sé, João Paulo II, que falava com fluência várias línguas, inclusive o português, levou a 125 países sua pregação em favor da paz e contra práticas como o aborto

Um apóstolo entre o conservadorismo e os avanços sociais



Patrícia Santos/Folha Imagem

João Paulo II, nome que o polonês Karol Józef Wojtyła adotou ao assumir o Vaticano, em 1978, foi um papa atuante. Intercedeu em favor dos direitos humanos, dialogou com outras culturas e religiões e defendeu liberdades individuais, além de promover campanhas pela paz mundial. Ao mesmo tempo, o Papa condenou o uso de preservativos, o aborto e o homossexualismo.

Nenhum outro pontífice se encontrou com tantas pessoas e realizou tantas viagens como ele. Mais de 17 milhões de peregrinos participaram das mais de mil audiências gerais, celebradas às quartas-feiras. João Paulo II visitou cerca de 125 países, inclusive, por três vezes, o Brasil.

O Papa destacou-se por falar várias línguas, entre elas polonês, italiano, inglês, francês, alemão, espanhol, português e latim, e pela diplomacia, que o fez ser considerado um estadista.

Wojtyła nasceu em 18 de maio de 1920 em Wadowice, pequena cidade a 50 quilômetros de Cracóvia, na Polônia. Foi o segundo de dois filhos de Karol Wojtyła, um militar do exército húngaro, e Emilia Kaczorowska, professora.

Era um ótimo aluno e praticava esportes. Terminou os estudos de nível médio em Wadowice e em 1938 se matriculou na universidade em Cracóvia e em uma escola de teatro.

Quando em 1939 forças nazistas fecharam todas as universidades, o futuro papa teve que trabalhar como operário para não ser deportado para a Alemanha. Segundo seu relato, essa experiência o ajudou

a conhecer de perto o cansaço físico, assim como a simplicidade e ardor religioso dos trabalhadores e dos pobres.

Começou a sentir a vocação para o sacerdócio a partir de 1942 e freqüentou, clandestinamente, o curso de formação do seminário de Cracóvia.

Ordenação

Depois da 2ª Guerra Mundial, continuou seus estudos no seminário maior de Cracóvia, agora já aberto, e na faculdade de Teologia da Universidade Jaguelônica, até a ordenação sacerdotal, em 1946.

Em seguida foi a Roma, onde, em 1948, tornou-se doutor em Teologia.

Voltou à Polônia em 1948, tornando-se vigário de várias paróquias e capelas de universidades até 1951, quando retomou seus estudos filosóficos e teológicos. Em 1953, Wojtyła apresentou importante tese na Universidade Católica de Lublin, na Polônia, e passou a ensinar Teologia Moral e Ética Social no seminário maior de Cracóvia e na faculdade de Teologia de Lublin.

Designado bispo em setembro de 1958, seis anos depois o papa Paulo VI o nomeava arcebispo de Cracóvia, para tornar-se cardeal em junho de 1967. Teve participação ativa no Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965.

Com a morte de Paulo VI, em 1978, é eleito novo papa o cardeal Albino Luciani, de 65 anos, que adotou o nome de João Paulo I. Entretanto, ele falece aos 33 dias de sua nomeação. Em 16 de outubro de 1978, Wojtyła é eleito pontífice.

JORNADA Defensor dos direitos humanos e da liberdade, João Paulo II dialogou com várias culturas e religiões

Pontífice ajudou a mudar o curso da História

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) divulgou nota dizendo-se triste com a morte do papa João Paulo II, mas ao mesmo tempo confortado com sua história de vida, “um legado cristão para toda a Humanidade, que continuará repercutindo nas gerações futuras”.

Jereissati definiu Carol Wojtyła como uma das personalidades mais importantes da época, não só pelo carisma, mas pela ação pastoral de levar a Igreja mais perto do povo. Ele afirmou que a atuação de João Paulo II como peregrino e a abertura da Igreja Católica nas relações com todos os povos e crenças tornaram seu pontificado fundamental para mudar o curso da história da Humanidade no século 20.

– João Paulo II foi um exemplo de liderança, portador de uma personalidade que inspirou confiança e esperança em todos os que o receberam com



Roosevelt Pinheiro

LEGADO Jereissati (E) afirma que obra do Papa continuará repercutindo. Azeredo assinala presença marcante nos grandes acontecimentos

entusiasmo na sua peregrinação pelos diferentes recantos da Terra.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também divulgou nota dizendo que o Papa não só marcou de forma singular a vida da Igreja, mas também imprimiu de forma indelével sua personalidade nos acontecimentos do mundo contemporâneo.

Azeredo ressaltou que João Paulo II nunca temeu a perseguição e o poder usados para



Moreira Moritz

oprimir os povos, tendo feito da fé em Deus e na Igreja sua única arma para defender a paz, a liberdade e o direito.

– A fortaleza espiritual e pessoal de João Paulo II transpareceu até nos últimos momentos de vida, quando, por várias vezes, apareceu em sua janela na Praça São Pedro para abençoar os fiéis. Foi tal força que tornou possível uma das mais portentosas transformações pacíficas da sociedade atual.

Paim: maior homenagem é lutar contra fome e miséria

Paulo Paim (PT-RS), autor de requerimento para realização de uma sessão especial em homenagem a João Paulo II, exaltou da tribuna a atuação do Pontífice, destacando sua luta em defesa dos direitos do homem.

– O mundo se dobra hoje, se ajoelha e reza pelo Papa – assinalou.

Paim salientou a humildade do Pontífice, que beijava o solo dos países que visitava e pediu perdão pelos erros e omissões da Igreja no passado. Ele lembrou, em especial, o episódio em que João Paulo II, em visita à África, pediu desculpas aos negros pela escravidão.

O senador destacou a liderança internacional desempenhada pelo Papa, mencionando



Roosevelt Pinheiro

RETRATAÇÃO Paim salienta pedido de desculpa aos negros, durante visita do Pontífice à África

sua participação em episódios como a queda do comunismo no Leste Europeu e a mediação entre Argentina e Inglaterra na Guerra das Malvinas.

Paim disse que a melhor forma de homenagear João Paulo II é trabalhar no combate à fome e à miséria, além de apurar a recente chacina ocorrida em Nova Iguaçu e Queimados, no estado do Rio de Janeiro.

Paim também lembrou a passagem, ontem, do 37º aniversário da morte do líder pacifista negro Marthin Luther King.



A peregrinação do Pontífice por mais de cem países, a importância de sua atuação política e o exemplo de determinação na busca do entendimento e da paz foram ressaltados pelos senadores em Plenário

Papaléo elogia o esforço de diálogo com outras religiões

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) também participou da homenagem póstuma ao papa João Paulo II, "homem que andou pelo mundo plantando a paz, angariando a confiança e a simpatia de todas as outras religiões". O parlamentar citou trechos de discurso proferido por ele sobre os 25 anos de pontificado do papa polonês, comemorados em 2003.

– Certamente, a mão de Deus estava presente na escolha de um papa da Polônia para ocupar o trono de São Pedro em tempos particularmente difíceis para a Igreja, já que a Barca de Pedro enfrentaria muitas ondas revoltas em um mundo marcado por ódios, vinganças, guerras, barreiras sociais e ideológicas, corrupção, ateísmo, neopaganismo, fanatismo e



Roosevelt Pinheiro

EXEMPLO Papaléo: João Paulo II impôs a imagem de um homem que só queria o bem da Humanidade

perseguições religiosas – afirmou Papaléo, ao homenageá-lo dois anos atrás.

Ao reverenciar a trajetória do Sumo Pontífice da Igreja Católica, Papaléo observou que João Paulo II, como nenhum outro papa, conseguiu concretizar uma das máximas de Jesus Cristo: "Ide por todo o mundo proclamar o Evangelho a todas as criaturas". Além de ter cumprido sua missão, o Papa impôs a imagem de um homem que só queria o bem da Humanidade, assinalou o senador.

O mundo perde um incansável pastor, diz Virgílio

Em nota, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), lamentou a morte do papa João Paulo II, afirmando que o mundo perde o grande evangelizador, que, em 27 anos à frente dos destinos de sua igreja, foi um incansável pastor.

– O mundo todo perde um homem que teve passagem marcante também na área política. Contribuiu para a derrocada do socialismo no Leste Europeu e, como papa, procurou sempre atuar nos conflitos internacionais como conciliador, em busca da paz – afirmou.

No Brasil, a morte do Papa, que visitou o país três vezes, cria grande vácuo, acrescentou o líder.



Roosevelt Pinheiro

PAZ Arthur Virgílio enaltece atuação do Papa no sentido da conciliação em conflitos internacionais

Hélio Costa lembra luta em defesa do entendimento

Ao apoiar requerimento do senador Marco Maciel (PFL-PE) propondo inserção de voto de pesar e suspensão da sessão de ontem, em virtude do falecimento do papa João Paulo II, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) lembrou a peregrinação que o religioso fez por mais de cem países, pregando a paz, o entendimento entre os povos e a bondade entre as pessoas.

– Quando foi noticiada a morte de João Paulo II, meu filho Gabriel, de apenas 8 anos, vendo-me diante da televisão, assistindo a toda aquela comoção, perguntou-me por que todo mundo gostava tanto do Papa. Eu disse que João Paulo II era tão amado porque amava a Humanidade – explicou.

A passagem do Papa por Belo Horizonte, na década de 1980,



Célio Azevedo

DETERMINAÇÃO Peregrinação do religioso por mais de cem países foi recordada por Hélio Costa

também foi recordada por Hélio Costa. Ele registrou que 200 mil pessoas compareceram ao centro da capital mineira para ouvir as palavras do religioso. O senador lembrou ainda ocasiões nas quais esteve na presença de João Paulo II.

Em uma delas, descreveu Hélio Costa, na década de 1970 em Nova York, em evento que reuniu cerca de 50 mil jovens, o Papa, apenas com o gesto de levar o dedo indicador aos lábios, provocou silêncio total entre os presentes, comovidos por sua presença.



Gerônimo Angélio

INFLUÊNCIA Segundo Suassuna, João Paulo II teve papel decisivo no fim do comunismo na Polônia

Suassuna destaca a forte atuação política de João Paulo II

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) relembrou a forte atuação política de João Paulo II e destacou seu papel decisivo no encerramento do período conhecido como Guerra Fria e no fim do regime comunista na Polônia, terra

natal do Pontífice. O senador observou que esse desempenho estava ligado à missão do Papa de fortalecimento da fé e da doutrina católicas, o que foi simbolizada nas manifestações do povo polonês em prol do Sindicato Solidariedade, em que as palavras de ordem eram "Queremos Deus".

Internamente, na opinião de Suassuna, o Papa teria conseguido diminuir o poder da ala progressista da Igreja Católica, que o senador chamou de politizada. O parlamentar peemedebista recordou também a peregrinação evangelizadora de João Paulo II por mais de cem países, nos quais beijou o solo, em gesto que se tornou célebre. "O Brasil, que foi visitado três vezes, deve muito ao Pontífice", disse Suassuna.

Apesar de reverenciar João Paulo II como "um homem santo e um herói", o senador ponderou sobre posições questionáveis assumidas pelo Papa, como as críticas ao planejamento familiar.

Renan irá a Roma para assistir aos funerais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, embarca na quinta-feira para o Vaticano, junto com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, onde assistirá aos funerais do papa João Paulo II. Além de Renan, compõe a comitiva brasileira a primeira-dama, Marisa Letícia; o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim. O Papa deverá ser enterrado na sexta-feira.

A sessão plenária de ontem foi suspensa em função da morte do Papa, por requerimento do senador Marco Maciel (PFL-PE), que também solicitou a realização de sessão em homenagem ao Sumo Pontífice.



José Cruz

DOCTRINA "A fé nos ensina ser a morte o transcurso do efêmero para o eterno", lembra Marcos Maciel

Maciel vê tristeza, mas não luto pela morte do Papa

O mundo ficou entristecido, mas não de luto, pela morte do papa João Paulo II. A afirmação é do senador Marco Maciel (PFL-PE), ao comentar que seu desaparecimento provoca um grande silêncio, que, para os cristãos, não se traduz em

solidão.

– A sensação de vazio será preenchida pela fé, que nos ensina ser a morte o transcurso do efêmero para o eterno. O tempo histórico lhe fará justiça e, assim, a Humanidade jamais estará só – disse o senador.

De acordo com Maciel, João Paulo II iniciou seu pontificado de 27 anos consciente de que iria desempenhar um "transcendente" papel histórico. A exemplo do apóstolo Pedro, a quem Jesus Cristo delegou a missão de edificar a Igreja, o polonês Karol Wojtyła "segurou seu cajado", assinalou ele, "e enfrentou os desafios de sua missão como papa, sem receio de insistir nos conceitos doutrinários essenciais".

O senador via no Sumo Pontífice a concretização da alegria, da benevolência e do fascínio que arrebatava as massas. "Ele tinha uma aura quase sobrenatural", declarou, lembrando que, mesmo com a saúde abalada, João Paulo II não abandonou a ação evangelizadora.